



**Documentos necessários para inscrição de
Chapa para Diretoria Executiva**

- () Formulário para composição de chapa, conforme modelo em anexo;
- () Declaração firmada pelo candidato, conforme modelo em anexo;
- () Certidão negativa de cartório de títulos de protestos;
- () Certidão judicial cível negativa de 1º grau geral e certidão judicial cível negativa de 1º grau de execuções fiscais;
- () Curriculum Vitae, atendendo Artigo 5º do Anexo II - Resolução 4122/2012 que trata da capacitação técnica para o exercício dos cargos do Conselho de Administração;
- () Formulário preenchido com os dados cadastrais, conforme modelo em anexo;
- () Cópia da carteira de identidade;
- () Cópia de CPF;
- () Cópia de título eleitoral;
- () Cópia de certidão de casamento;
- () Cópia de comprovante de endereço.

Protocolo de recebimento:

Assinatura: _____

Nome: _____

Data: ____/____/____

Para: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Minuano
CNPJ 88.325.113/0001-08

COMPOSIÇÃO DA CHAPA PARA DIRETORIA EXECUTIVA
GESTÃO _____/_____/_____

Diretoria Executiva:

Diretor Presidente

MATRÍCULA
COOPERATIVA

NOME

ASSINATURA

Diretor Administrativo

MATRÍCULA
COOPERATIVA

NOME

ASSINATURA

Diretor Financeiro

MATRÍCULA
COOPERATIVA

NOME

ASSINATURA

Protocolo de recebimento:

Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

FORMULÁRIO CADASTRAL

DADOS PESSOAIS

Nome Completo: _____

Estado Civil: _____

Nome do Cônjuge: _____

Endereço Residencial

Rua: _____ N°: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____

E-mail pessoal: _____

DADOS PROFISSIONAIS

Empresa: _____

Endereço Comercial

Rua: _____ N°: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Cargo: _____

Telefone comercial: (____) _____

E-mail profissional: _____

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, candidato ao cargo de Diretor Executivo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Minuano, cuja eleição realizar-se-á em Assembleia Geral Ordinária de __/__/____:

Declaro que:

I – cumpro o requisito reputação ilibada, inclusive em relação às seguintes questões:

a) responde por processo criminal ou inquérito policial?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

b) responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional ou o Sistema de Pagamentos Brasileiro?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

c) responde por processo relativo à insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

d) responde por inadimplemento de obrigações?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

II – cumpro as condições para o exercício do cargo para o qual fui eleito ou nomeado especificadas nas seguintes questões:

a) está impedido por lei especial, condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

b) está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

c) está declarado falido ou insolvente?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

III – cumpro as demais condições exigidas pela legislação e pela regulamentação em vigor para o exercício do cargo para o qual fui eleito ou nomeado, inclusive as assinaladas abaixo:

[] sou residente no País;

[] sou associado da instituição para a qual fui eleito e preencho os requisitos estatutários de associação;

[] não exerço, no mesmo sistema cooperativo, cargos em conselho de administração de cooperativa singular de crédito ou em diretoria executiva de cooperativa singular de crédito, de cooperativa central de crédito ou de confederação constituída por cooperativas centrais de crédito;

[] não participo da administração de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto nos casos previstos no art. 38, inciso I, da Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022;

[] não detenho 5% (cinco por cento) ou mais do capital de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, e não participo do capital de sociedades de fomento mercantil.

IV – estou ciente dos princípios que regem o tratamento de dados pessoais e dos direitos dos titulares dos dados previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 18 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

AUTORIZAÇÃO

O declarante também autoriza:

a) a Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo Minuano a ter acesso a qualquer informação, protegida por sigilo legal ou não, ou documentos relacionados à análise pelo Banco Central do Brasil do seu nome para o exercício do cargo e enquanto durar seu mandato, bem como a ter ciência da tramitação dos respectivos processos de autorização, monitoramento ou supervisão e obter cópias de documentos neles contidos, inclusive os que contenham dados de sua titularidade protegidos por qualquer espécie de sigilo, mesmo aqueles considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD);

b) o Banco Central do Brasil a ter acesso a informações a meu respeito, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, inclusive processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais;

c) o Banco Central do Brasil a realizar o tratamento e o uso compartilhado de dados pessoais de minha titularidade, inclusive daqueles considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), e daqueles acobertados por outras espécies de sigilo, a exemplo do sigilo bancário de que trata a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

_____, ____ de _____ de _____.

Nome:

CPF:

Documento analisado por:
Werutsky, Cardoso, Brito Advogados
OAB/RS nº 976